DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO E DILEMAS MORAIS

COLEÇÃO TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO

Coordenadora da coleção: Jaqueline Moll

CONSELHO EDITORIAL

André Lazaro – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Antonio Sampaio Novoa – Universidade de Lisboa
Antonio Carlos Ronca – Pontificia Universidade Católica de São Paulo
Arnaldo Nogaro – Universidade Regional Integrada
Bernard Charlot – Université Paris VIII, Paris, França/Universidade
Federal de Sergipe

Cesar Nunes – Universidade Estadual de Campinas
Daniel Cara – Universidade de São Paulo
Debora Mazza – Universidade Estadual de Campinas
Elsio Corá – Universidade Federal da Fronteira Sul
Gaudêncio Frigotto – Universidade Federal Fluminense
Guillermo Rios – Universidad de Rosario
Jaume Martinez Bonafé – Universidad de Valencia
José Pacheco – EcoHabitare

Juares Thiesen – Universidade Federal de Santa Catarina
Liliane Giordani – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lucia Helena Alvares – Universidade Federal de Minas Gerais
Lucineide Pinheiro – Universidade Federal do Pará
Maria Carmen Silveira Barbosa – Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

Marcia Rosa da Costa – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Malvina Tuttman – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Marcio Taschetto – Universidade Franciscana
Miquel Essomba – Universitat Autònoma de Barcelona
Penildon Silva Filho – Universidade Federal da Bahia
Rui Trindade – Universidade do Porto

DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO E DILEMAS MORAIS

Dinorá Fraga Geovane Dantas Lacerda Rosalice Pinto (Orgs.)



Copyright © Autores, 2023

Capa: Humberto Nunes

Projeto gráfico e editoração: Clo Sbardelotto/Fosforográfico

Revisão: Simone Ceré

Editor: Luis Antonio Paim Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

D383

Democracia, educação e dilemas morais / organizado por Dinorá Fraga, Geovane Dantas Lacerda e Rosalice Pinto. – Porto Alegre: Sulina, 2023. 144 p.: 16x23 cm.

ISBN: 978-65-5759-115-4

1. Educação – Formação de professores. 2. História do Brasil – Educação. 3. Educação. I. Fraga, Dinorá (org.). II. Lacerda, Geovane Dantas (org.). III. Pinto, Rosalice (org.)

CDU: 37 CDD: 370

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MERIDIONAL LTDA. Rua Leopoldo Bier, 644 – 4º andar Bairro Santana, CEP 90620-100 Porto Alegre, RS – Brasil Tel.: (51) 3110-9801

sulina@editorasulina.com.br www.editorasulina.com.br

Setembro / 2023 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / 7

Dinora Fraga, Geovane Dantas Lacerda e Rosalice Pinto

PREFÁCIO / 9

Joaquim Dolz

Primeira Parte Sobre O Pensamento Democrático

O RAZOÁVEL, O RACIONAL E O CONSENSO: JOHN RAWLS E O DEBATE DEMOCRÁTICO NAS ESCOLAS / 17 Geovane Dantas Lacerda

NOTAS PARA A COMPREENSÃO DA DEMOCRACIA / 29 Rosa Maria Filippozzi Martini

SOBRE A DEMOCRACIA / 44 Suzana Guerra Albornoz

Segunda Parte

Educação e Dilemas Morais: Teorizando as Práticas

PARA UMA PEDAGOGIA DO DEBATE DEMOCRÁTICO / 55 Dinorá Fraga

HISTÓRIAS QUE SE MULTIPLICAM / 67 Rafael Hofmeister de Aguiar

OS DILEMAS MORAIS, A CRIATIVIDADE E O JOGO / 76 Noeli Reck Maggi

GAMIFICAÇÃO E A FORMAÇÃO CIDADÃ NO SÉCULO XXI / 84 *Rosalice Pinto*

A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO MORAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO / 96 Rosa Maria Filippozzi Martini

INSTRUÇÕES PARA OS JOGOS / 109 Fernando Menezes de Azevedo

KAUÊ / 111
Tanauã Dias Martins

A GRANDE PEÇA / 119
Tanauã Dias Martins

OS DILEMAS DE ROGER BARCELOS / 124 Fernando Menezes de Azevedo

AMOR MATERNO / 135 Fernando Menezes de Azevedo

SOBRE OS AUTORES / 141

APRESENTAÇÃO

"Para onde devemos ir, a partir de agora?"

Este livro é uma coletânea. O desafio dos autores foi construí-lo segundo uma unidade temática mas dinâmica, ligada a seus estudos, suas pesquisas e por tomadas de posição no mundo da vida — seus valores. Essa direção deu o caminho a seguir, principalmente voltando-se para a educação pública. Os autores geraram união em torno dos significados construídos sobre democracia, educação e dilemas morais. Narrativas hipertextuais são, na educação, conceitualizadas como jogo; o desenvolvimento moral é ampliado pela ética. Esses temas são circundados pelo pensamento sobre democracia.

No mundo da vida, é proposta a pergunta de Martin Luther King Jr., em um de seus discursos, o de 16 de agosto de 1967 (trazido em 2019, por Noam Chomsky, no livro *Réquiem para o Sonho Americano*): "*Para aonde devemos ir, a partir de agora*?" O agora dos autores traz, pertinente, em suas vivências, o que os presentifica, mas é, também, o agora de Martin Luther King Jr., em um movimento a-cronológico. É também o agora atemporal, porque une, em diferentes tempos, seus percursos de vida. Estes carregam significados, que formaram e formam o olho com que contemplam e agem, neste **agora**, resultante de uma tomada de consciência histórica, social, cultural e política, vivencial, enfim...

Os autores têm a convicção de que, quando o pensamento crítico, sensível e autoral aparece e se desenvolve, surge a autonomia, formando a cidadã/o cidadão. É a esse ambiente, que objetiva dar um grito por um protagonismo do humano, que este livro se destina. É um livro dedicado à defesa da Democracia, dos Direitos Humanos e de todos os modos de existência daí decorrentes.

O livro está organizado em duas partes. A primeira se refere ao pensamento democrático. Foram convidados pesquisadores/professores com histórico de estudos e ações orientados pela democracia.

Nessa primeira parte, tres textos são apresentados: "Notas para compreensão da democracia", de Rosa Maria Fillipozzi Martini; "Sobre a democracia", de Suzana Guerra Albornoz; e "O razoável, o racional e o consenso: John Rawls e o debate democrático nas escolas", de Geovane Dantas Lacerda...

A segunda parte trata de Educação e de Dilemas Morais. Esta se inicia com o capítulo de Dinorá Fraga, "Para uma pedagogia do debate democrático", e de Rafael Hofmeister de Aguiar, "Histórias que se multiplicam". Seguem-se a estes: "Os dilemas morais, a criatividade e o jogo", de Noeli Reck Maggi; "Gamificação e a formação cidadã no século XXI", de Rosalice Pinto; "A questão do desenvolvimento moral no mundo contemporâneo", de Rosa Maria Filippozzi Martini. Por fim, Fernando Menezes de Azevedo e Tanauã Dias Martins, dois jovens tecnólogos em jogos digitais, são convidados para trazer suas narrativas, lugar das práticas sensíveis e problematizadoras.

Finalizando esta apresentação, dois autores voltam-se à pergunta de Martin Luther King: "Para onde devemos ir, a partir de agora?" Noeli Reck Maggi responde que:

considerando a perspectiva histórica e cultural, a noção do presente e das condições que a configuram, realça-se a necessidade de revisão constante, onde estão situadas as condições das pessoas, junto à cultura da qual fazem parte e das relações que estabelecem com esta cultura. Pensar o futuro necessita, também, considerar a História onde a pessoa está em sua transgeracionalidade, em suas contradições e implicações...

E Geovane Dantas Lacerda reflete que:

necessitamos rumar para uma democracia que cumpra aquilo que prometeu e promete, que se empenhe verdadeiramente no cultivo de uma fraternidade múltipla para além da corrente do discurso formal, abstrato e individualista.

A alegria dos autores é redobrada, quando temos a forte presença de Joaquim Dolz contemplando-nos com o prefácio do livro.

Sejam, pois, bem-vindos, à leitura e a sua necessária vinculação à vida!

Dinora Fraga, Geovane Dantas Lacerda e Rosalice Pinto Organizadores

PREFÁCIO

As dimensões dialogais da reflexão ética: fundamento do desenvolvimento da autonomia moral na escola

Não é possível ao sujeito ético viver sem estar permanentemente exposto à transgressão da ética.

Paulo Freire (2018, p. 19)

Como agir ante a violência, a criminalidade, a corrupção, o estrupo, a mentira e os males que caracterizam as sociedades nas quais vivemos? Como resistir, como cidadãos, a essa barbárie? Como nos engajarmos, com responsabilidade, nos grandes dilemas éticos do mundo de hoje? Mergulhados em plena pandemia e confrontados, como estamos, com múltiplas tensões relativas ao desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, dificuldades de acesso igualitário à saúde e à educação, a reflexão ética é, talvez mais que nunca, uma necessidade. A reflexão ética não é um simples exame de consciência para atribuir ou atribuir-nos, diretamente, a culpa pelas fatalidades que nos ultrapassam, ou que não podemos evitar (como o vírus que produz uma epidemia, por exemplo). Trata-se de uma questão de consciência moral, que desenvolve o sentido da responsabilidade institucional, coletiva e pessoal, sobre atos que produzem ou mitificam o horror.

Hannah Arendt (1963) lançou o conceito filosófico da *banalidade do mal*. O mal é uma contraforça que destrói os laços sociais e conduz a uma perda da identidade e do ser. Reconhecemos aos humanos a capacidade de distinguir o bem do mal e, também, a capacidade de estabelecer normas e leis contra a injustiça. Mas não é suficiente invocar o império da lei para combater o mal. O mal também pode residir nas pequenas coisas. A linguagem pode

desenvolver a consciência e o juízo moral, em qualquer das situações que impliquem dilemas éticos.

Na perspectiva interacionista, a questão fundamental é justamente a de saber qual é o papel que tem o discurso. Em que sentido o diálogo e as dimensões dialogais da linguagem contribuem na reflexão ética? Que interações educativas, na aula, jogam um papel de antídoto perante a violência? Que gêneros narrativos, prescritivos ou argumentativos abordar? Que modalidades de diálogo precisamos mobilizar na escola (diálogos sobre as narrativas construídas pelos alunos, ateliês filosóficos, debates, círculos de leitura, diálogo maiêutico coordenado pelo professor, jogos digitais etc.)?

Para responder a essas questões, a própria estrutura das interações entre participantes do diálogo tem de ser tomada em consideração. Os participantes podem se encontrar num plano de igualdade, mais ou menos real, ou ficcionalizado. Na aula, a autoridade é representada pelo professor, mas, por razões diversas, os alunos tomam posturas de liderança ou de subordinação, se mostram ativos no tratamento das questões socialmente vivas propostas, ou resistem a implicar-se nelas. A dissimetria associada, principalmente, ao poder e às diferentes posturas, na conversa, pode ser aceita com respeito, mas também pode representar uma deriva que degrada as interações e impossibilita a afirmação das convicções. Em resumo, a estrutura e os papéis enunciativos têm uma importância para permitir a confrontação de ideias e a colaboração para encontrar uma solução às questões abordadas. Os jogos de ficção permitem assumir, à distância, papéis enunciativos, num exercício interessante de descentração.

A reflexão ética toma o discurso como suporte, e é mediatizada por ele. As modalidades diversas do diálogo e os diferentes gêneros de escrita reflexiva, autobiográfica ou de retorno reflexivo sobre qualquer tipo de práxis, contribuem para desenvolver o *self*, a estima de si, em confrontação com os outros. Eles ajudam a precisar as posições, a justificar as escolhas e as iniciativas éticas, contextualizando os itinerários pessoais e situando as eventuais mudanças nas convicções.

A análise crítica, seja qual for o gênero de discurso, tem o mérito de ajudar a compreender e interpretar os conteúdos de um ponto de vista ético. As narrações da literatura escolar abordam, diretamente, dilemas éticos en-

carnados na lógica das personagens. As novas séries da televisão mostram uma preocupação com temas sociais vivos, com implicações éticas, como a discriminação de gênero ou de raça, a orientação sexual, a diversidade cultural, a ecologia ou a criminalidade, tema sempre presente na literatura e no cinema policial, com um fundo de crítica social.

Num mundo de múltiplas mediações e discursos multimodais, a presença constante e frequentemente banalizada das *figuras do mal* também exige do receptor uma atividade crítica de interpretação e de desconstrução. Enfim, a leitura de gêneros narrativos permite, indiretamente, aprender a lidar com as situações efetivas da vida, em que as dúvidas de ordem moral impedem atingir a satisfação por algo desejado.

A ética é, geralmente, definida como o conjunto de concepções e juízos de valor, em termos morais, orientados a estabelecer o melhor modo de viver sob o signo de ações boas. No sentido estrito, a noção de ética evoca a elaboração de critérios morais nas decisões práticas da vida pessoal e pública. Ela se distingue da noção de *moral*, que se refere às prescrições, às normas e às proibições e tem um caráter coercitivo. A moral constituída tem um caráter histórico e orienta os comportamentos por meio de regras e interdições. A moral herdada contrapõe-se à necessidade de uma adesão mais íntima, livre e consciente aos valores representados pela norma.

A pergunta que se coloca, então, pode ser: o que devemos fazer nas situações conflitivas da vida? Essa questão, sempre presente na tomada de responsabilidades, tem uma dimensão fundamentalmente ética. Há situações conflitivas em que regra alguma é capaz de orientar claramente a ação. Além dos imperativos morais baseados em critérios transcendentais, válidos em todas as circunstâncias, o filósofo Paul Ricoeur (2015) insiste no caráter optativo, e não imperativo dos juízos morais em situação. As leis e as regras que fundamentam a liberdade, a seguridade, a solidariedade e a democracia não são imutáveis e de ordem universal. O recurso a uma norma moral estrita, no caso de conflito, nem sempre é suficiente. Se é exigida uma compreensão das situações que vão muito mais longe que a simples aplicação da lei, isso implica uma ética profunda. É particularmente importante a racionalização das convicções que guiam as escolhas, no tratamento dos grandes dilemas

éticos e das incertezas, e, sobretudo, exige-se a compreensão das relações de poder, que conduzem as desigualdades.

A ética inscrita na vida, que reconhecemos no relato das experiências vividas e nos diálogos argumentativos e contratuais para resolver os pequenos e grandes conflitos, precede e interroga, constantemente, as prescrições morais formais, ainda que tenham uma orientação "potencialmente" universal. A ética que emerge das interações, a ética da discussão, como foi descrita por Jürgen Habermas (1992), é hoje uma exigência no desenvolvimento da democracia. Os critérios de universalidade se apresentam como o resultado de uma discussão pública realizada intersubjetivamente. A intersubjetividade no diálogo não se opõe à objetividade, mas é considerada um pré-requisito para desenvolvê-la. A ação orientada na compreensão do outro e a intercompreensão nas interações se aproximam do ideal regulador do *debate regulado*, que nós consideramos importante na escola (Dolz; Schneuwly, 1998).

Desde muitos anos, considero a argumentação, inclusive a argumentação dos gêneros monologais, como a dissertação escolar, o editorial jornalístico ou o artigo de opinião, um diálogo com o pensamento do outro. A orientação argumentativa não se limita aos gêneros argumentativos orais e escritos, monologais ou dialogados. Os gêneros narrativos têm, geralmente, uma orientação argumentativa. Uma fábula busca transmitir, explícita ou implicitamente, uma máxima moral. Os gêneros prescritivos, como o texto das leis, contêm princípios e justificações argumentativas que exigem as razões da escolha e dos preceitos coercitivos impostos pela norma jurídica. O diálogo com o pensamento do outro, para convencer acerca da legitimidade das propostas, é bem presente no dialogismo intrínseco aos diferentes gêneros mencionados. As dimensões dialogais e dialógicas são, ao meu entender, as dimensões que precisam ser postas em evidência no trabalho escolar ante as controvérsias para tratar os dilemas éticos. O trajeto em busca de uma metodologia democrática na formação da cidadania exige precisamente isso, como sugerem Geovane Lacerda e Dinorá Fraga, nos dois primeiros capítulos deste livro consagrado, principalmente, ao debate.

Lawrence Kohlberg (1981), falando do desenvolvimento da autonomia moral, distingue o largo caminho já conquistado com respeito às normas con-